



## Ata da Conferência Pública do Plano de Saneamento Básico de Juiz de Fora - Etapa II - Proposições

1

1 **MINUTA ATA DA CONFERÊNCIA DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO DE**  
2 **JUIZ DE FORA, ETAPA II – PROPOSIÇÕES.** No primeiro dia do mês de  
3 fevereiro de 2014, ocorreu a segunda Conferência do Plano de Saneamento  
4 Básico de Juiz de Fora. A Conferência ocorreu na Escola de Governo situada à  
5 rua Maria Perpétua, n. 72, bairro Ladeira, Juiz de Fora, das 8h às 18h. Teve  
6 como objetivos: apresentar e discutir os produtos subsequentes ao Diagnóstico  
7 da situação do saneamento básico e de seus impactos nas condições de vida da  
8 população; apresentar a metodologia utilizada para a elaboração das  
9 proposições do PSB/JF; obter a visão da sociedade, no que se refere aos  
10 programas, projetos e ações propostos para os quatro componentes do  
11 saneamento (abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza  
12 urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais);  
13 fornecer subsídios para definição de prioridades de atuação do  
14 PSB/JF; divulgar as próximas atividades de participação da sociedade na  
15 elaboração do PSB/JF. Esta foi organizada da seguinte forma: às 8h início do  
16 credenciamento dos participantes; às 8:30h abertura pela Prefeitura de Juiz de  
17 Fora ou Membro do GT Executivo; às 8:45 palestra preferida pelo Prof. Dr. Júlio  
18 César Teixeira - Professor Adjunto III do Departamento de Engenharia Sanitária  
19 e Ambiental da Faculdade de Engenharia da UFJF com o tema “A Importância  
20 do Plano de Saneamento Básico para Juiz de Fora”; às 10h fala do GT  
21 Executivo acerca da Experiência de Juiz de Fora no desenvolvimento do Plano  
22 de Saneamento; às 10:15h apresentação dos Produtos 3 e 4 pela ESSE  
23 Engenharia e Consultoria. A partir das 14h apresentação dos Produtos 5 a 7; às  
24 15:30 formada a mesa redonda pelos técnicos da ESSE Engenharia e membros  
25 do GT Executivo para apreciação das propostas / sugestões / dúvidas; às 17:30  
26 encerramento. O Sr. Alvaro Gianinni subsecretário de Planejamento abriu a  
27 Plenária, convidou a Secretária de Planejamento Elisabeth Jucá para dar início  
28 aos trabalhos. A Secretária explanou sobre a importância do Plano de  
29 Saneamento Básico, os trabalhos a serem realizados no dia de hoje e a  
30 Audiência Pública a ser realizada dia 13 de fevereiro de 2014 para referendar o  
31 PSB/JF. Agradeceu a presença de todos destacando também o Sr. Ronan da  
32 SEDRU, Sr. José Márcio Garotinho (vereador), de membros da Cesama, Seplag,  
33 Demlurb, Secretarias de Meio Ambiente e Saúde de Juiz de Fora e do Prof. Júlio  
34 Teixeira da UFJF. Em seguida foi passada a palavra ao Prof. Júlio Teixeira para  
35 proferir palestra. O Prof. Júlio falou sobre a Lei 11.445, destacando a  
36 importância do Plano de Saneamento Básico. Falou sobre o Plano de  
37 Saneamento de Juiz de Fora, destacando dados do município, a condição  
38 pretérita e atual, os desafios. Apresentou as atividades desenvolvidas pelo  
39 PSB/JF, destacando ter sido um plano realmente participativo. Destacou 12  
40 benefícios do PSB/JF tais como: o saneamento básico foi tratado como direito  
41 humano fundamental; o plano passa a ser o instrumento principal do  
42 saneamento básico no município; o estabelecimento de prazos e metas (2014 a  
43 2033); o plano adotou uma proposta de planejamento participativo; ao longo do  
44 plano ficou clara a importância do governo federal se fazer presente; ficou clara  
45 a separação entre o papel do prestador de serviços e do regulador; alerta a  
46 importância do acompanhamento social; destaca a necessidade de proteção dos  
47 mananciais como as represas João Penido e Chapéu D’uvas; a importância do





## Ata da Conferência Pública do Plano de Saneamento Básico de Juiz de Fora - Etapa II - Proposições

2

48 serviços de limpeza urbana por meio de um plano de gerenciamento integrado  
49 de resíduos sólidos urbanos, apoiado por todos; o plano chama atenção para um  
50 controle do uso e ocupação do solo, urbanização e manejo de águas públicas,  
51 além de um órgão dedicado exclusivamente ao gerenciamento das águas. Por  
52 fim, destacou os desafios do Plano de Saneamento Básico de Juiz de Fora:  
53 evitar uma visão de saneamento como obras; estrutura organizacional para  
54 implantação das ações do PSB/JF e definição de responsabilidades;  
55 necessidade de adotar uma abordagem integral das ações de saneamento –  
56 todos os serviços – associado ao planejamento; melhoria das práticas de gestão;  
57 tornar claro os mecanismos de controle social. Registrou que este plano foi o  
58 mais participativo, mais aberto que ele acompanhou. Em seguida foi passada a  
59 palavra para o subsecretário que abriu um espaço para 5 minutos de  
60 comentários. O prof. Luís Evaristo da UFJF destacou que o Plano vem como um  
61 alento para a sociedade, elogiou o plano. Destacou a existência de inúmeras leis  
62 que se superpõem, sendo necessária uma revisão. Preocupa-se com a gestão  
63 dos resíduos sólidos em Juiz de Fora principalmente quanto aos resíduos da  
64 construção civil. Destacou os problemas gerados a partir da chuva ocorrida em  
65 dezembro de 2014. A Sra. Cecília Rabelo, representando uma entidade da  
66 sociedade civil direcionou sua fala ao representante da SEDRU a respeito do  
67 manancial de Chapéu D’Uvas que extrapola os limites de Juiz de Fora,  
68 destacando a importância do Estado em atuar na região, cobrando uma atuação  
69 mais ativa da SEDRU, um planejamento regional. O Sr. Ronan representante da  
70 SEDRU respondeu dizendo que sua participação no evento é exatamente para  
71 coletar as preocupações locais para atuar diretamente. Sra. Maura,  
72 representante de movimentos sociais, dirigiu sua palavra ao Prof. Júlio, dizendo  
73 que fala-se muito, mas pouco se faz. Destacou os problemas na zona rural e da  
74 dificuldade em obter atuação da Prefeitura. O vereador José Márcio, também  
75 dirigiu sua palavra ao Prof. Júlio pedindo que explanasse sobre regulação em  
76 Juiz de Fora. Ao final o prof. Júlio comentou todas as intervenções. Após o  
77 *coffee break*, o coordenador do GT executivo Sr. Heber de Souza Lima,  
78 apresentou o processo de elaboração do PSB/JF, indicando o estágio atual do  
79 plano. Destacou que o PSB/JF possui uma fase a mais visto que o Termo de  
80 Referência foi elaborado em 2009. Posteriormente o governo atualizou suas  
81 referências e retirou o item relativo ao Termo de Referência para elaboração do  
82 Sistema de Saneamento Básico – SIM. O Sr. Heber explicou cada uma das oito  
83 fases que compõem o PSB/JF. Ressaltou a importância dos participantes  
84 apresentarem críticas, sugestões e dúvidas para que na parte da tarde, durante  
85 a mesa redonda, estes sejam discutidos. Destacou que espera que este Plano  
86 seja um divisor de águas em Juiz de Fora e que a participação do Estado é  
87 fundamental. Ressaltou o Fórum de Debate do PSB/JF ocorrido em dezembro  
88 de 2013 como sendo uma ferramenta importante em Juiz de Fora, que ficou  
89 disponível para a população contribuir para o Plano. Em seguida o Engenheiro  
90 da ESSE Engenharia, Tiago von Sperling, explanou sobre o Produto 3 –  
91 Prognóstico. Tiago ressaltou que este produto teve como objetivo pensar como  
92 será a conjuntura econômica e social de Juiz de Fora nos próximos anos. Para  
93 tanto foram criados cenários normativos acerca dos quatro componentes do  
94 saneamento básico. Apresentou a metodologia utilizada para a elaboração deste



## Ata da Conferência Pública do Plano de Saneamento Básico de Juiz de Fora - Etapa II - Proposições

3

95 prognóstico: iniciando pela projeção populacional elaborada para Juiz de Fora  
96 até 2033 (horizonte final do Plano) tendo como base os estudos do IBGE, MKM,  
97 AGEVAP, FJP e extrapolações estatísticas elaboradas pela ESSE que culminou  
98 na projeção utilizada no PSB/JF; os cenários para cada componente  
99 (abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas  
100 e, resíduos sólidos) pautados em hipóteses e variáveis elaboradas que se  
101 cruzavam criando os cenários estudados; o cenário normativo de metas e  
102 demandas necessárias para o saneamento; alternativas para cada componente;  
103 hierarquização das intervenções a serem observadas para a implementação das  
104 ações, objetivos e metas que foram o suporte para os programas e projetos que  
105 integram o Produto 4 a ser apresentado. Foram apresentados alguns itens que  
106 integram o Produto 3 como forma de exemplificar o trabalho realizado. Todo este  
107 trabalho está detalhado e disponibilizado. Em seguida a Engenheira Jaqueline  
108 Wasner da ESSE Engenharia apresentou o Produto 4. Ressaltou a metodologia  
109 utilizada baseada nos conceitos de Planos, Programas, Projetos e Ações. Deste  
110 modo para compor o PSB/JF foram instituídos cinco Programas e o Plano de  
111 Ações Imediatas, dez Projetos e nestes oitenta e nove Ações. Destacou os  
112 prazos definidos para o PSB/JF sendo emergencial, curto prazo, médio prazo e  
113 longo prazo. Na sequência foram apresentados todos os programas e projetos  
114 que integram o PSB/JF. Programa de Ação Imediata (PAI) que é composto pelos  
115 seguintes projetos: Projeto de Atualização da Legislação Urbanística; Projeto de  
116 Melhoria da Qualidade da Água, Projeto de Institucionalização e Gerenciamento  
117 da Drenagem Urbana, Projeto de Redução de Riscos e Passivos para a  
118 Drenagem Urbana, Projeto de Implementação do Gerenciamento de Resíduos  
119 da Construção Civil, Projeto de Melhoria do Esgotamento Sanitário; o Programa  
120 de Melhoria Organizacional e Gerencial (PROMOG) que é composto pelos  
121 projetos: Projeto de Planejamento Institucional do Saneamento Básico, Projeto  
122 de Educação Ambiental e Mobilização Social, Projeto de Gestão do Atendimento  
123 ao Usuário e Melhoria da Qualidade dos Serviços; o Programa de Gestão do  
124 Abastecimento das Águas (PRÓ-ÁGUAS) composto pelos projetos: Projeto de  
125 Gerenciamento do Sistema de Abastecimento de Água, Projeto de Redução de  
126 Perdas e Controle aos Desperdícios no Sistema de Abastecimento de Água; o  
127 Programa de Gestão do Esgotamento Sanitário (PRÓ-ESGOTOS) que é  
128 composto pelo Projeto de Gerenciamento do Sistema de Esgotamento Sanitário;  
129 o Programa de Gestão da Drenagem Urbana (PRÓ-DRENAGEM) que é  
130 composto pelo Projeto de Gerenciamento do Sistema de Drenagem Urbana e  
131 Manejo de Águas Pluviais e o Projeto de Identificação e Desligamento de  
132 Interconexões de Redes Mistas; o Programa de Gestão dos Resíduos Sólidos  
133 (PRÓ-RESÍDUOS) que é composto pelo Projeto de Gerenciamento do Sistema  
134 de Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos e o Projeto de Coleta  
135 Seletiva de Resíduos Sólidos Urbanos. Explicou a importância de cada  
136 programa e exemplificou algumas ações de cada projeto. Ao final foi  
137 apresentada a planilha de custos de cada programa e o custo total de  
138 R\$1.263.741.155,45. Posteriormente foi aberto espaço para manifestações. O  
139 representante da ARSAE, Sr. Matheus Valle, apresentou a empresa como um  
140 ente regulador que também atua em Juiz de Fora no componente água. A  
141 ARSAE integra a ABAR – Agência Brasileira de Agentes Reguladores que





## Ata da Conferência Pública do Plano de Saneamento Básico de Juiz de Fora - Etapa II - Proposições

4

142 dentre outras funções busca estabelecer um padrão nacional de critérios de  
143 indicadores. Em seguida a fala do representante do corpo de bombeiros, Major  
144 Alexandre do quarto batalhão, que parabenizou a reunião realizada no SESC  
145 (Conferência I) que detalhou o diagnóstico, no entanto na fala de hoje a  
146 engenheira Jaqueline não detalhou as ações, sendo rápida e superficial. Sugeriu  
147 que tivesse reunião específica para cada um dos componentes. Ressaltou que o  
148 Plano Diretor de Juiz de Fora foi bem elaborado porém não foi cumprido.  
149 Apresentou preocupação com serviço de ônus se efetivação dos serviços. O  
150 Prof. Luís Evaristo da UFMG abriu mão de sua fala. O representante da Polícia  
151 Militar, Sargento Alvim, questionou a cobertura do serviço de coleta seletiva de  
152 resíduos sólidos. A representante do Demlurb, Engenheira Gisele Teixeira,  
153 respondeu ao questionamento indicando que o dado é real, ou seja, o percentual  
154 de 50% de cobertura de coleta seletiva é real e está disponibilizado no site da  
155 Prefeitura, no entanto há somente 20% de adesão da população. Ressaltou a  
156 importância do trabalho de porta a porta. O Sr. Hugo Bento delegado eleito pelos  
157 movimentos populares questionou se esta administração quer fazer diferente.  
158 Criticou a participação popular no Plano afirmando ter somente parecer técnico e  
159 pediu a ampliação das informações para as escolas. Sr. Renilson, delegado  
160 eleito pelos movimentos populares (zona sul) também ressaltou que os projetos  
161 não foram bem explicados. Criticou a participação de uma única consultoria.  
162 Corroborou a fala do Major Alexandre. O Sr. Heber Lima fechou os trabalhos da  
163 manhã ressaltando que os trabalhos foram elaborados seguindo as premissas  
164 do Ministério das Cidades, desculpando se a equipe não conseguiu atingir os  
165 anseios de todos, mas aceita todas as críticas. O Sr. Álvaro Gianini fechou os  
166 trabalhos indicando o retorno às 14h. Retomando os trabalhos na parte da tarde  
167 o Engenheiro Tiago von Sperling retomou o Produto 4 explicitando novamente  
168 cada um dos programas propostos e seus respectivos projetos. Pediu desculpas  
169 por não terem sido atendidas as expectativas de alguns participantes quanto ao  
170 detalhamento apresentado na parte da manhã. A Engenheira Jaqueline Wasner  
171 deu continuidade aos trabalhos apresentando o Produto 5 – Ações  
172 Emergenciais. Neste produto foram listadas ações geradoras de impactos que  
173 precisam de ações emergenciais que combatam os riscos. Este produto também  
174 apresentou as metas e ações para garantia da qualidade de água, as causas de  
175 acidentes e ações corretivas no sistema de abastecimento de água,  
176 esgotamento sanitário, drenagem e resíduos, os planos para situações de  
177 racionamento e aumento da demanda temporária, mecanismos e regras de  
178 atendimento e funcionamento operacional e os planos de segurança. O Produto  
179 6 apresenta o Termo de Referência SIM-SB/JF. Mesmo não sendo mais  
180 solicitado pelo Ministério das Cidades, Juiz de Fora tem interesse de elaborar  
181 seu sistema de informação para assim alimentar o SINISA. Foram apresentados  
182 e explicados os objetivos deste sistema e a composição: estabelecimento de um  
183 sistema de indicadores, de um sistema de parâmetros e as diretrizes. O Produto  
184 7 volta-se para os mecanismos de avaliação onde são descritas propostas de  
185 minutas de regulação municipal, sistemas e procedimentos para o  
186 monitoramento dos objetivos e metas do PSB/JF. Em seguida o Sr. Heber Souza  
187 Lima propôs a leitura do Regimento da Conferência Pública do Plano de  
188 Saneamento Básico de Juiz de Fora – Etapa II Proposições. A leitura foi

189 realizada pela Sr. Martha Juciara. Sr. Hugo Bento da associação do bairro Santo  
190 Antonio, reconhece o trabalho do grupo mas reclamou quanto a não entregar o  
191 material para os delegados com antecedência, não saberem que outras pessoas  
192 da comunidade poderiam participar como ouvintes, e enfatizou que tudo isto faz  
193 parte da transparência que tanto buscam. Seguindo a pauta, foram  
194 apresentadas de forma escrita propostas, sugestões ou dúvidas quais sejam: Sr.  
195 Theodoro Guerra – *“Componente abastecimento de água represa São Pedro.  
196 Apesar do diagnóstico informar a carência (deficiência) no abastecimento da  
197 represa São Pedro, deve-se ter uma estratégia que permita seu uso para esta  
198 finalidade, mesmo como reserva para região da Cidade Alta, uma vez que  
199 alguns mananciais de Juiz de Fora passarem por processos de degradação e  
200 incerteza no seu uso futuro (Chapéu D’ Uvas)”*, *“Componente abastecimento de  
201 água represa Dr. João Penido – criar mecanismos para impedir a rodovia que  
202 passa às margens da represa Dr. João Penido, visando manutenção da  
203 qualidade da água deste manancial.”* Sra. Maura Luiza – *“Criar uma cooperativa  
204 de pasteurização do leite municipal e compostagem do lixo por contender em  
205 bairro com a ajuda da A.M.do bairro e s recicladores e drenagem. Temos projeto  
206 e como ajudar.”* Sr. Marcos Donardo – *“Deixar claro a participação dos membros  
207 consultivos na elaboração do PSB/JF e após a conclusão do mesmo. Será  
208 dissolvido? Implantar ao PSB uma constante educação sobre o lixo doméstico,  
209 principalmente nas periferias.”* Prof. Luiz Evaristo – *“Drenagem: sugerir ações  
210 para estabelecer medidas não estruturais de contenção da erosão laminar  
211 decorrentes das atividades de cortes de terrenos para implantação de obras da  
212 construção civil, através das seguintes vias: legislação, fiscalização e  
213 acompanhamento, atribuições de responsabilidades.”* José Luiz Cabral – *“Que  
214 se fosse levado em consideração todos os questionamentos das comunidades  
215 de todas as regiões de JF. Respeitando todos os critérios de necessidades, não  
216 só os critérios em âmbito de macrorregião, apresentação das áreas onde  
217 estarão sendo realizadas as questões de saneamento básico de necessidade  
218 visual e real nas conferências e com planilhas.”* Sr. Sebastião Fernandes – *“Mais  
219 transparência com relação as verbas que vem do governo para executar as  
220 obras do município. Que as comunidades sejam informadas sobre todas as  
221 obras que serão executadas em seu bairro. Tudo previamente.”* Sra. Marisa  
222 Gama – *“Liberação do fundo do executivo para o pró-bairro dentro dos projetos  
223 das associações organizadas, viabilizando custos e obras do PSB/JF. E tendo  
224 conhecimento da zona rural que o município crie a cooperativa municipal de  
225 pequeno e médio produtor, viabiliza a melhoria de vida e a fixação, valorizando  
226 assim o consumo e a qualidade. Nos bairros distantes e na zona rural colocar  
227 quatro contêineres para que os presidentes das associações realizem a coleta  
228 seletiva adequada uma vez por semana.”* Sra. Elizabete de Sá – *“Fazer com que  
229 se faça a drenagem nos córregos das localidades da zona rural, pois quando  
230 chega o tempo das chuvas os córregos ficam cheios, estradas alagadas,  
231 impossibilitando os acessos aos moradores de se deslocar de suas localidades  
232 para trabalharem, porque ficam ilhados, ou seja, drenagem e limpeza dos  
233 córregos, etc.”* *“Que os órgãos públicos, cobrem mais da sociedade, porque elas  
234 querem saber mais dos seus direitos e não se preocupam em fazer seus  
235 deveres. Que a zona rural seja avaliada separadamente e especificamente de*

236 acordo com a realidade de cada município. Ex. Rosário de Minas, suas  
237 reivindicações não são as mesmas como Toledos, Valadares, Penido, Humaitá,  
238 Piratininga, etc.” Sra. Maria Eunice Toledo – “Água e esgoto urgente Granjas  
239 Triunfo” Sr. Ivan Pereira – “Divulgar mais passagem do caminhão da coleta  
240 seletiva, com carro de som, o caminhão de lixo e obrigado levar o lixo reciclado.  
241 Colocar contêiner nos distritos e locais que caminhão não passa. Criação de  
242 cooperativa municipal.” Sra. Lindalva de Almeida – “Para que nosso Prefeito nos  
243 ajude na implantação do pró-bairro. Para que nos ajude nas lideranças do bairro.  
244 Para que o serviço de reciclagem seja mais fiscalizado, que tenha lugares  
245 próprios. Para os catadores de reciclagem não deixem o lixo nas ruas. Para que  
246 melhore os meios de transporte da nossa cidade porque está precário.” Sr. José  
247 – “Que os gestores do Plano de Saneamento Básico deem mais atenção as  
248 comunidades rurais em todas as suas necessidades de saneamento básico.”  
249 Major Alexandre Cassarim – “No diagnóstico e prognóstico sobre abastecimento  
250 de água consta a insuficiência da rede de hidrantes públicos para combate a  
251 incêndio. Entretanto não há programa, projeto ou ação referente ao tema.” “Na  
252 represa de São Pedro aproveitar a represa e a canalização já existentes para  
253 implantação de redes de hidrantes públicos de água bruta nos bairros que são  
254 atendidos pela represa e canalização atualmente.” “Nas ações emergenciais  
255 sobre sistema de drenagem quanto a implantação do sistema de drenagem  
256 precisa contemplar a implantação de sistema de alerta e alarme (não ha esta  
257 palavra). Inserir a palavra ALARME.” “Que a viabilidade econômica para as  
258 ações e programas, não seja pensado apenas em aumento de tarifas e sim vias  
259 alternativas com o dinheiro publico e doação das campanhas políticas, das  
260 emendas parlamentares, dos parceiros públicos privados e do dinheiro gasto em  
261 propaganda.” Sr. Antônio Hugo – “Não foi detalhado o valor de cada obra a ser  
262 realizada no mais variados pontos do município, bem como o tempo de duração  
263 da mesma.” “Capacitação dos delegados no que tange a fiscalização dos gastos  
264 públicos dessas obras.” Sr. Renilson Ferreira – “Passar resultado, execução,  
265 andamentos do projeto PSB/JF por região para cada representante por e-mail ou  
266 carta afim de facilitar o acesso aos trabalhos para cada representante.” Sra.  
267 Cecilia Rabelo – “Promover ação junto ao governo do Estado para  
268 estabelecimento de cooperação interfederativa (a definir mecanismo) para  
269 atuação fora de Juiz de Fora.” Sra. Heloisa Negri e Sr. Silvio Rogério – “Maior  
270 rigor na aprovação de projetos e aceitação de obras (habite-se) principalmente  
271 quanto a observância das normas brasileiras no que diz respeito a separação  
272 das águas pluviais e esgoto e das áreas permeáveis nas edificações.” Sr. José  
273 Luiz Cabral – “Que cada conferência seja apresentada as propostas anteriores e  
274 com resultados e que seja publicado no sistema, e que seja lida na conferencia  
275 atual as propostas anteriores.” Sargento Almir Alvim – “A valorização da  
276 Educação Ambiental nas escolas, igrejas e em toda sociedade em geral, levando  
277 a consciência ambiental. Ampliar e divulgar a coleta seletiva. Estas sugestões  
278 contribuirão e muito para a realização do PSB/JF evitando danos na rede de  
279 drenagem e melhorando a preservação dos nossos mananciais.” Sra. Cecilia  
280 Rabelo – “Incluir obrigação de elaborar-se Plano de Regularização Fundiária  
281 Sustentável como ação para integrar solução das AEIS e demais áreas de  
282 ocupação irregular mesmo que não haja interesse social.” Sra. Maura colocou



## Ata da Conferência Pública do Plano de Saneamento Básico de Juiz de Fora - Etapa II - Proposições

7

283 que os programas de coleta existem mas não incentivam a comunidade.  
284 Reafirmou a colocação de contêineres nos distritos. Sugeriu que o processo seja  
285 participativo junto a comunidade. O Major Alexandre Cassarim afirmou não  
286 entender as complicações com as redes de hidrantes se isto foi discutido e  
287 votado na Conferência anterior e referendado pela população presente. Afirma  
288 não concordar com a retirada da questão nos programas. Sugeriu que “os  
289 diagnósticos e prognósticos que foram ou forem considerados irrelevantes e não  
290 forem transformados em programas, projetos e ações, ou não estão inseridos  
291 em algum destes itens, sejam publicamente apresentados com justificativas e  
292 não simplesmente retirados sem ciência da população.” O Sr. Hugo Bento  
293 corroborou a fala do Major Alexandre Cassarim e disse que não teve acesso ao  
294 plano. Sr. Heber contra argumentou dizendo que o material está disponível há  
295 mais de um mês e não entende porque o mesmo não o leu e se inteirou. Cabo  
296 Demétrio pediu prorrogação do prazo de 10 para 30 dias para análise e  
297 proposição de contribuição. Sr. Matheus Valle, representante da ARSAE fez uma  
298 colocação acerca da questão econômica e financeira apresentada pelo Plano.  
299 Segundo o mesmo foram observadas algumas falhas nos cálculos, porém após  
300 comentarem com a equipe, este se inteirou que estas já haviam sido sanadas.  
301 Argumentou que os empreendimentos propostos são inviáveis em termos  
302 financeiros, visto que o estudo de viabilidade mostrou isto, mas não foi explicado  
303 “por quê” e nem deu alternativas de como melhorar. A ARSAE entendeu que o  
304 plano cria esta oportunidade de apresentar todos os elementos e discuti-los. Em  
305 resposta ao questionamento o engenheiro consultor da ESSE Engenharia,  
306 Wilson Rocha, disse que os custos apresentados foram propositais, ou seja,  
307 cabe ao poder público avaliar o que será feito, cortes, diminuição de despesas,  
308 aumento da tarifa, etc. O engenheiro Tiago von Sperling destacou que o Plano  
309 de Saneamento não é em nível executivo, mas não foi feito em caráter macro. A  
310 Sra. Marisa Gama, representante da zona norte, abordou que entendeu que o  
311 Plano não é para agora, mas como ficam os problemas de atuais? E o povo  
312 agora? O que a Prefeitura nos apresenta agora? Exemplificou o problema que o  
313 bairro Santa Tereza onde esta tendo um aprofundamento, onde até hoje nada foi  
314 feito. O Sr. José Luís Cabral ressaltou que sejam respeitadas as propostas que  
315 foram aprovadas. O Sr. Edson Ribeiro, delegado da regional Nordeste, enfatizou  
316 que nem todos tem acesso a internet e daí a dificuldade de muitos em acessar o  
317 Plano. Levantou alguns questionamentos tais como: “Gostaria de saber sobre a  
318 varrição, quantos por cento da cidade possuem este serviço? Por que alguns  
319 serviços são feitos três vezes? Quem está fiscalizando a implantação das fossas  
320 sépticas?” Major Alexandre Cassarim ressaltou que “há viabilidade econômica  
321 para tudo em termos políticos, mas não há viabilidade para questões sociais,  
322 então aumenta-se os impostos. Já pagamos muitos impostos. Isto deve ser  
323 revisto. Por favor coloquem nos planos formas de viabilizá-los e não aumentar  
324 as tarifas.” Sr. Henrique e o Sr. Hugo Bento corroboraram a fala do Major  
325 Alexandre. Sra. Heloisa Negri sugere uma fiscalização maior do cumprimento  
326 das normas para evitar-se a condição atual. De acordo com o vereador José  
327 Márcio a Câmara tem feito sua parte ao cobrar do executivo. A Câmara tem um  
328 recurso, mas o executivo tem que fazer o restante. Esclareceu que a Câmara  
329 está a disposição. O Sr. Sebastião solicitou uma cópia do material



## Ata da Conferência Pública do Plano de Saneamento Básico de Juiz de Fora - Etapa II - Proposições

8

330 disponibilizado (planilhas). Sr. Álvaro disse que irá encaminhar o material. Foi  
331 proposto que a Ata seja enviada a todos para leitura e análise e posterior  
332 assinatura. Outra proposta que esta seja lida e aprovada neste mesmo dia.  
333 Outra, que seja estabelecida uma comissão para a leitura e aprovação da Ata.  
334 As propostas foram votadas e venceu a primeira onde a Ata ficará disponível  
335 pela internet e na SEPLAG, onde as propostas de mudança ou emenda devem  
336 ser encaminhadas até sexta-feira (07 de fevereiro). O Sr. Álvaro Gianini fechou  
337 os trabalhos agradecendo a presença de todos. Sem nada mais a tratar, eu  
338 Eliane Silva Ferreira Almeida, lavrei a presente ata que após ser lida e aprovada  
339 será assinada e arquivada junto ao PSB/JF. Juiz de Fora 01 de fevereiro de  
340 2014.

341 \_\_\_\_\_

342 \_\_\_\_\_

343 \_\_\_\_\_

344 \_\_\_\_\_

345 \_\_\_\_\_

346 \_\_\_\_\_

347 \_\_\_\_\_

348 \_\_\_\_\_

349 \_\_\_\_\_

350 \_\_\_\_\_

351 \_\_\_\_\_

352 \_\_\_\_\_

353 \_\_\_\_\_

354 \_\_\_\_\_

355 \_\_\_\_\_

356 \_\_\_\_\_

357 \_\_\_\_\_

358 \_\_\_\_\_

359 \_\_\_\_\_

